

Argo IX Transmissão de Energia S.A

**Demonstrações Financeiras do
Exercício Findo em 31 de dezembro de
2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Argo IX Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo IX Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo IX Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.567	16.081	Fornecedores	11	436	2.310
Títulos e valores mobiliários	5.1	36.602	24.056	Encargos sociais e trabalhistas	12	200	-
Contas a receber de clientes	6	23.543	19.901	Imposto de renda e contribuição social	13	-	1.682
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	5.865	5.750	Obrigações tributárias	14	4.164	1.635
Tributos a compensar	9	557	47	Obrigações regulatórias	15	1.941	1.229
Ativo da concessão	7	201.494	193.099	Contas a pagar - partes relacionadas	19	662	702
Despesas pagas antecipadamente	10	45	388	Dividendos a pagar		15.393	-
Outros Ativos		4.552	1.577	Empréstimos e Financiamentos	16	37.273	35.381
Total do ativo circulante		279.225	260.899	PIS e Cofins diferidos	18	18.638	17.862
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	19.013	19.805	Outros passivos	17	11.197	-
Ativo da concessão	7	1.611.795	1.559.498	Total do passivo circulante		89.904	60.801
Outros Ativos		821	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado		67	-	Capital social	21	172.750	172.750
Total do ativo não circulante		1.631.696	1.579.303	Reserva de lucros		388.822	407.250
				Dividendos adicionais propostos		21.207	-
				Total do patrimônio líquido		582.779	580.000
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.910.921	1.840.202
TOTAL DO ATIVO		1.910.921	1.840.202				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		12.210	69.418
Remuneração financeira do ativo de concessão		242.405	135.546
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(26.794)	(21.394)
RECEITA LÍQUIDA	22	227.821	183.570
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	23	(12.448)	(7.878)
LUCRO BRUTO		215.373	175.692
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	23	(4.108)	(4.450)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		211.265	171.242
Receitas financeiras	24	10.565	8.908
Despesas financeiras	24	(79.835)	(91.595)
RESULTADO FINANCEIRO		(69.270)	(82.687)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		141.995	88.555
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	25	(3.597)	(1.684)
Diferido	25	(30.226)	(11.763)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		108.172	75.108
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	26	0,6262	0,4348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	108.172	75.108
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>108.172</u>	<u>75.108</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		172.750	20.436	-	386.706	-	-	579.892
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	75.108	75.108
Dividendos pagos		-	-	-	(58.712)	-	-	(58.712)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	-	6.659	-	(6.659)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(16.288)	(16.288)
Constituição de reserva legal	21	-	3.755	-	-	-	(3.755)	-
Constituição de Reserva de Retençã de lucros	21	-	-	-	48.406	-	(48.406)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		172.750	24.191	-	383.059	-	-	580.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	108.172	108.172
Dividendos Intermediários	21	-	-	-	(104.509)	-	-	(104.509)
Constituição de reserva legal	21	-	5.409	-	-	-	(5.409)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	14.402	-	-	(14.402)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	21	-	-	-	66.270	-	(66.270)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(884)	(884)
Dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	-	21.207	(21.207)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		172.750	29.600	14.402	344.820	21.207	-	582.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		108.172	75.108
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	30.226	(11.763)
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	3.597	-
Provisão para PIS e Cofins diferidos	18	5.614	1.947
Remuneração do ativo de concessão	7	(242.404)	(135.546)
Receita de operação e manutenção	7	(14.438)	-
Receita de construção	7	-	(7.045)
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	7	-	(62.610)
Receitas de títulos e valores mobiliários	24	(11.003)	(8.908)
Outras Receitas		-	237
Juros e correção monetária sobre empréstimos	16	78.613	89.988
Amortização dos custos de transação	16	832	-
Caixa gerado pelas operações		(40.791)	(58.592)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e Permissionárias	6	(3.642)	2.386
Ativo da concessão	7	196.150	192.588
Tributos a compensar	9	(510)	1.811
Despesas pagas antecipadamente	10	343	(388)
Imposto de Renda e Contribuição social a recuperar	8	(1.798)	-
Outros Ativos		(3.796)	(1.361)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	(1.874)	1.608
Imposto de renda e contribuição social	13	-	(1.390)
Encargos sociais e trabalhistas	12	200	-
Obrigações tributárias	14	2.176	(50)
Obrigações regulatórias	15	712	485
Contas a pagar - partes relacionadas	19	(40)	82
Outros passivos		11.197	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.244)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		155.084	137.179
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível		(67)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.1	(136.754)	15.017
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	132.784	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(4.038)	15.017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos	16	(35.342)	(33.160)
Pagamento de juros de empréstimos	16	(38.436)	(38.300)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(397)	(1.688)
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito		3.616	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	21	-	(16.288)
Dividendos pagos	21	(90.000)	(58.712)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(160.560)	(148.148)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(9.514)	4.048
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	6.567	16.081
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	16.081	12.033
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(9.514)	4.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto Operacional

A Argo IX Transmissão de Energia S.A (a seguir designada “Companhia”), (denominação anterior Veredas Transmissora de Eletricidade S.A), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de dezembro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 29 de julho de 2023, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Argo IX Transmissão de Energia S.A.

Em 30 de Novembro de 2023, a Companhia teve suas ações transferidas para a ARGEB. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2023.

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Rio das Éguas - Arinos 2 C1 - 230 km;
- LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km;
- SE 2.500 kV Arinos.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Em 3 de março de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 9 de março de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (3 de março de 2021). A Companhia tem um investimento total de aproximadamente R\$ 920.000.

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 (valor histórico), e atualizada para R\$ 181.441 (valor para o ciclo 2023-2024), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IX.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório *financeiro* “IFRS – International Financial Reporting Standards”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e julgamentos relevantes são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que a Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual, a Companhia estima que os prejuízos fiscais serão compensados antes do prazo de término da concessão.

2.5 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando a Companhia a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas para melhor entendimento dos usuários das informações das demonstrações financeiras.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor

recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.4 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.5 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e conseqüentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com

relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de a Companhia realizar investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por ser optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 a Argo IX obteve o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.6 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de contrato

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato.

Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 9,48% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 79.768, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” e o diferimento do imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

3.9 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

a. Ativos financeiros e ativos da concessão

Um ativo financeiro e ativo da concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e

refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “*performance*” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.11 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CP 26 / IAS 1	Passivos não circulantes com Covenants	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	6.567	16.081
Total	<u>6.567</u>	<u>16.081</u>

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos valores mobiliários (*)	21.681	24.056
Fundo Santander Referenciado DI (*)	14.921	-
Total	<u>36.602</u>	<u>24.056</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 107,05% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. A Companhia em 2023 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da administração na utilização desses recursos.

5.2 Fundos Vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva (**)	19.013	19.805
Total	<u>19.013</u>	<u>19.805</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,06% do CDI (98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e Permissionárias	23.543	19.901
Total	<u>23.543</u>	<u>19.901</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	16.763	17.497
Títulos vencidos em até 30 dias	1.115	-
Títulos vencidos em até 90 dias	2.069	1.076
Títulos vencidos há mais de 90 dias	3.596	1.328
	<u>23.543</u>	<u>19.901</u>

7 Ativo da concessão

7.1 Composição do Ativo da Concessão – Saldos acumulados

Saldos Acumulados:	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção	1.428.278	1.428.278
Remuneração do ativo de concessão	832.211	589.807
Recebimentos	(536.930)	(340.780)
Receita de operação e manutenção	27.120	12.682
Ganho de eficiência	62.610	62.610
Total	<u>1.813.289</u>	<u>1.752.597</u>
Circulante	201.494	193.099
Não circulante	1.611.795	1.559.498

7.2 Margens de Obrigações e Performance

Margem de O&M	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita	14.438	7.045
Custos	<u>(12.448)</u>	<u>(7.878)</u>
Margem (R\$)	<u>1.990</u>	<u>(833)</u>
Margem Percebida (%)	14%	(11,8%)

7.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

A movimentação do saldo de ativo da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.732.317</u>
Remuneração do ativo de concessão	135.546
Recebimentos	(184.921)
Ganho e eficiência	62.610
Receita de operação e manutenção	7.045
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.752.597</u>
Remuneração do ativo de concessão	242.404
Receita de operação e manutenção	14.438
Recebimentos	<u>(196.150)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.813.289</u></u>

8 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.865	5.750
Total	<u>5.865</u>	<u>5.750</u>

9 Tributos a Compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a compensar	17	-
COFINS a compensar	83	-
Outros tributos	457	47
Total	<u>557</u>	<u>47</u>

10 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar (*)	45	388
Total	<u>45</u>	<u>388</u>

(*) Refere-se as apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 23.

11 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	436	2.310
Total	<u>436</u>	<u>2.310</u>

12 Encargos Trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de bônus	82	-
Provisão de férias	53	-
Encargos trabalhistas	65	-
Total	<u>200</u>	<u>-</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contribuição Social a pagar	-	1.682
Total	<u>-</u>	<u>1.682</u>

14 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contribuição Social	329	-
Pis e COFINS	3.233	1.484
ISS de terceiros	295	149
Outros tributos	307	2
Total	<u>4.164</u>	<u>1.635</u>

15 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	1.720	1.084
Encargos regulatórios a recolher (*)	221	145
Total	<u>1.941</u>	<u>1.229</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

16 Empréstimos e Financiamentos

<u>Instituição financeira</u>	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	849.300	849.300
Juros e variação monetária	89.988	89.988
Pagamentos Principal	(33.160)	(33.160)
Pagamentos Juros	(38.300)	(38.300)

Custo de transação	(17.130)	(17.130)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	850.698	850.698
Juros e variação monetária	78.613	78.613
Pagamentos Principal	(35.342)	(35.342)
Pagamentos Juros	(38.436)	(38.436)
Custo de transação	831	831
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	856.364	856.364

Classificado como:	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	37.273	35.381
Não Circulante	819.091	815.317

Em 11 de julho de 2019, a Argo IX firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$699.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Até 16 de março de 2021, o total captado é de R\$691.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,53% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos A e B serão pagos em 262 (duzentos e sessenta e duas) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de junho de 2043.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	37.250
2026	37.943
2027	38.667
2028 em Diante	705.231
Total	<u>819.091</u>

Garantias

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES (Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avencas, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.

- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de agosto de 2021 preenchida com recursos no valor equivalente ao saldo mínimo da conta reserva do BNDES, limitados a 80% do recebimento mensal da cedente proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e dois décimos).

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

17 Outros passivos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivos com acessantes	2.914	-
Passivos regulatórios	7.927	-
Outros passivos	356	-
Total	<u>11.197</u>	<u>-</u>

18 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios a seguir em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	160.168
Constituição	136.338
Amortização	(134.390)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	162.115
Constituição	23.758
Amortização	(18.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	167.729

Classificado como:	
Circulante	18.638
Não circulante	149.091

19 Partes Relacionadas

O saldo do passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 662 representa despesas incorridas a serem pagas para empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S/A	31/07/2024	662	702	(4.525)	(702)
		662	702	(4.525)	(702)

19.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 (R\$ 7.161 em 31 de dezembro de 2022), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Transmissão de Energia S/A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2023
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

O montante total da remuneração pago pela Argo Transmissão de Energia. S.A. é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração é no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 907 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Provisões para riscos

Provisão para Contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia não é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída.

21 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito é de R\$ 172.750, totalmente integralizado (idem em 31 de dezembro 2022) ações ordinárias, todas nominativas, em escriturais no valor de R\$1 cada.

A composição do capital social subscrito da companhia é como se segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quant. Ações	Ações ordinárias	%	Quant. Ações	Ações ordinárias	%
Acionistas						
Argeb Empreendimentos e Participações S.A.	172.750	172.750	100	172.750	172.750	100

21.1 Reserva de Lucros

(a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

(b) Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0142/2018 em substituição ao de nº 0242/2017 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 29 de dezembro de 2017 foi garantido à Argo V Transmissão de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

(c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 104.509, deste montante foram pagos R\$ 20.000 ainda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	108.172	75.108
Reserva legal - (5%)	5.409	3.755
Reserva de Incentivo Fiscal	14.402	6.659
Lucro líquido ajustado	88.361	64.694
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	883	-
Dividendos adicionais propostos	21.206	-
Reservas de lucros	66.272	48.406
Juros sobre capital próprio (*)	-	(16.288)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	883	-

* Em 2022, como o montante de juros sobre capital próprio foi superior aos dividendos mínimos, não houve destinação adicional de dividendos.

22 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Ganho de eficiência	-	62.610
Receita de remuneração do ativo de concessão	242.405	135.546
Receita de operação e manutenção	14.438	7.045
Outras receitas	(2.463)	(237)
Receita bruta	254.380	204.964
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(5.614)	(1.948)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(18.477)	(17.083)
(-) Encargos regulatórios (i)	(2.468)	(2.363)
Receita líquida	227.821	183.570

- (i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

23 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	(8.902)	(9.014)
Materiais	(51)	-
Pessoal	(4.918)	(3.101)
Arrendamentos e aluguéis	(318)	(11)
Depreciação e amortização	(4)	
Seguros	(158)	-
Tributos	(33)	499
Outros	(282)	(701)
Custo de construção	(1.890)	-
Total	<u>(16.556)</u>	<u>(12.328)</u>
Valores alocados a:		
Custo de operação e manutenção	(12.448)	(7.878)
Despesas gerais e administrativas	(4.108)	(4.450)

24 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	11.003	9.327
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(512)	(433)
Outras receitas financeiras	74	14
Total	<u>10.565</u>	<u>8.908</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(2)	(150)
Juros e variações monetárias	(78.613)	(89.988)
Outras despesas financeiras	(1.220)	(1.457)
Total	<u>(79.835)</u>	<u>(91.595)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(69.270)</u>	<u>(82.687)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	141.995	88.555
Alíquota nominal	34%	34%
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,6262</u>	<u>0,4348</u>

Expectativa de IRPJ e CSLL	(48.278)	(30.109)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Juros sobre capital próprio	-	5.538
Benefício fiscal	14.438	6.659
Adições e exclusões permanentes	17	4.465
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	<u>(30.226)</u>	<u>(11.763)</u>
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	<u>(3.597)</u>	<u>(1.684)</u>
Alíquota efetiva	24%	15%

25.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.643	(246.711)	(228.068)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(721)	-	(721)
Contratos de concessão (b)		(11.042)	(11.042)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.922	(257.753)	(239.831)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(9.590)	-	(9.590)
Contratos de concessão (b)	-	(20.634)	(20.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.332	(278.387)	(270.056)

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão que estão sendo recuperação desde 2021.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

26 Resultados por Ações

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>01/01/2023 A</u> <u>31/12/2023</u>	<u>01/01/2022 A</u> <u>31/12/2022</u>
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	108.172	75.108
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	172.750	172.750

27 Instrumentos financeiros

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	36.602	24.056	36.602	24.056
Total Ativo		36.602	24.056	36.602	24.056
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	2	6.567	16.081	6.567	16.081
Clientes	2	23.543	19.901	23.543	19.901
Fundos vinculados – caixa restrito	2	19.013	19.805	19.013	19.805
Total Ativo		49.123	55.787	49.123	55.787
Passivos financeiros:					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	436	153	436	153
Contas a pagar - partes relacionadas	2	662	701	662	701
Empréstimos e Financiamentos	2	856.364	850.698	856.364	850.698
Outros passivos	2	11.197	2.157	11.197	2.157
Total Passivo		868.659	853.709	868.659	853.710

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para

o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelo contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 23.543 (R\$ 19.901 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas

operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) fundos vinculados; e (iv) empréstimos e financiamentos.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	<u>Próximos 12</u> <u>meses</u>	<u>Entre 13 e 24</u> <u>meses</u>	<u>Entre 25 e 36</u> <u>meses</u>	<u>37 meses em</u> <u>diante</u>
Fornecedores	436	-	-	-
Empréstimos	37.273	37.250	37.943	743.898
Total	<u>37.709</u>	<u>37.250</u>	<u>37.943</u>	<u>743.898</u>

27.2 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI (que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras), de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 3,90% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	6.567	765	574	383
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	36.602	4.264	3.198	2.132
Fundos restritos	Redução do CDI	19.013	2.215	1.661	1.108
Total		62.182	7.244	5.433	3.623
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	856.364	33.398	25.049	16.699
Debêntures	Aumento do IPCA		-	-	-
Total		856.364	33.398	25.049	16.699

28 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Responsabilidade Civil	Chubb Seguros Brasil S.A.	50.000.000	07/09/2024
Seguros - Riscos operacionais	Fator	200.000.000	07/09/2024

29 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	31/12/2023	31/12/2022
Compensação de IRPJ	14.402	6.659

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O